

O SIGNIFICADO DE “MINISTÉRIO” NA TRADIÇÃO REFORMADA

Dr. Michael S. Horton

* * *

Embora tivesse “ido à frente” aceitar a Cristo somente há um mês atrás, Bob, que recentemente encerrara sua carreira na NFL (Liga Nacional de Futebol Americano), tinha acabado de informar seu grupo de discipulado que havia sido chamado para o ministério. De fato, na semana seguinte ele se juntaria a um comerciante que também decidira que havia sido chamado para o ministério. Juntos, eles formariam uma equipe evangelística para o meio esportivo.

Uma história familiar para aqueles dentre nós que foram criados num círculo evangélico, este relato fictício ilustra a importância prática da pergunta “O que é ministério?”

O verbo “chamar” (kalein) e o substantivo “chamado” (klesis) têm uso abundante e, até certo ponto, variado no Novo Testamento. Ser “chamado” é ser afetosamente convidado por Cristo a vir e receber vida eterna. Mas nem todo o que ouve esse convite universal responde; o Espírito Santo deve conduzir o eleito a Cristo através de um verdadeiro despertar da morte espiritual. Lázaro nunca poderia ter saído do túmulo simplesmente pelo convite de Cristo, à parte da ação poderosa de Deus internamente, restaurando vida. Da mesma forma, “ninguém pode vir a Mim”, disse Jesus, “a menos que o Pai, que Me enviou, o traga; e Eu o ressuscitarei no último dia” (Jo. 6:44).

Jesus não somente chamou pecadores ao arrependimento (Mt. 9:13); Ele chamou os doze para serem Seus discípulos (Mt. 4:21). Ele não somente chamou e justificou os que foram predestinados (Rm.8:30), mas chamou alguns do Seu povo para serem seus representantes e supervisores da sua igreja.

Mas o que dizer do sacerdócio de todos os crentes?

Um dos temas centrais da Reforma, claro, era o feliz anúncio no Novo Testamento que, nas palavras de Lutero, “O nome e ofício de sacerdote são comuns a todos os cristãos”. No Éden, Adão era ministro de Deus, mas falhou em preservar o templo de Deus do engano do maligno. No deserto, Deus separou entre os de Israel, sacerdotes que O serviriam e O representariam junto ao povo. Deus disse a Moisés “Ajunta-me setenta homens dos anciãos e superintendentes do povo; e os trará perante a tenda da congregação, para que assistam ali contigo. Então descerei e ali falarei contigo; tirarei do Espírito que está sobre ti, e o porei sobre eles: e contigo levarão a carga do povo, para que não a leves tu somente.” (Nm. 11:16-17). E ainda assim, há o anseio por algo maior: “Tomara todo o povo do Senhor fosse profeta, que o Senhor lhes desse o Seu Espírito” (vs. 29). Desde cedo na história vemos o destino futuro de Israel como “reino de sacerdotes e nação santa” (Ex. 19:6).

Mais tarde, através dos profetas, Deus puxa a cortina ainda mais: “E acontecerá depois que derramarei o meu Espírito sobre toda a carne; vossos filhos e vossas filhas profetizarão, vossos velhos sonharão e vossos jovens terão visões; até sobre os servos e sobre as servas derramarei o meu Espírito naqueles dias” (Jl 2:28-29). Cumprido no Pentecostes, como Pedro proclamou em seu sermão (At. 2:17), esta profecia refere-se ao dia quando toda a Igreja será cheia com o Espírito e cada crente será um sacerdote, de modo que o mundo saberá que Jesus é o Cristo.

Assim, a promessa feita a Israel não é inválida mas é, na verdade, cumprida na Igreja do Novo Testamento: “Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz, vós, sim, que antes não éreis povo, mas agora sois povo de Deus, que não tínheis alcançado misericórdia, mas agora alcançastes misericórdia” (1 Pd. 2:9-10).

Portanto, o sacerdócio do Velho Testamento está revogado, como a sombra é substituída pela realidade sólida: Cristo sendo o único mediador entre Deus e os homens (1 Tm. 2: 5). Unidos com Cristo, o definitivo Profeta, Sacerdote e Rei, todos os crentes compartilham do sacerdócio do Salvador na medida em que proclamam o Cordeiro de Deus e o perdão uns para com os outros. Assim, os crentes são ordenados, “Confessai, pois, os vossos pecados uns aos outros, e orai uns pelos outros, para serdes curados” (Tg. 5:16). Todos os crentes são “chamados” e “sacerdotes” desde que a cortina do templo foi rasgada de alto a baixo e agora cada crente se encontra no Santo Lugar. Porque está coberto com a justiça de Cristo, o crente agora se encontra onde antes somente o Sumo Sacerdote poderia permanecer. Assim como o Espírito Santo estava sobre Moisés, e depois sobre os setenta anciãos e profetas através dos quais Ele deu a revelação de Deus em Cristo, assim hoje o Espírito está sobre e verdadeiramente dentro de cada um de nós. O verdadeiro Israel de Deus tornou-se testemunha de Cristo “em Jerusalém e em toda Judéia e Samaria, e até os confins da Terra” (At. 1:8).

Quando os reformadores acusaram o sacerdócio romano de um retorno as sombras do Velho Testamento (infância), entendendo que a realidade tinha vindo em Cristo (maturidade), eles estavam, em essência, expondo novamente o Livro de Hebreus.

Lutero bradou, “Cada cristão verdadeiro deveria saber que não existe nenhum sacerdote externo, visível, exceto aqueles aos quais o diabo tem levantado e exaltado através de mentiras de homens”.

Mas embora esta doutrina libertadora tenha sido usada para subverter o sacerdotalismo romano, ela tem sido adulterada para distorcer o conceito bíblico de ministério. Nós freqüentemente esquecemos que a Reforma foi um conflito contra dois movimentos: Roma e os Anabatistas ou “sectarismo”.

Embora criticando noções de uma casta sacerdotal com status e poderes elevados em virtude da ordenação deles, os reformadores eram, da mesma forma, severos nas suas críticas de um “livre-para-tudo” no qual, como Calvino colocou, “tudo está em confusão”. Os pregadores ambulantes, auto nomeados, e seus entusiastas foram “misturando-se aqui e ali, de forma incerta, sem designação, concentrando-se em um lugar e abandonando suas igrejas a bel-prazer”. Sobre tais “fanáticos” Calvino acusou: “em seu orgulho, eles desprezam o ministério dos homens e até as próprias Escrituras, para conseguir o Espírito. Eles então, orgulhosamente, tentam espalhar todos os enganos que Satanás lhes sugere, tais como revelações particulares do Espírito”. Tais são os libertinos e indivíduos desvairados como eles. Quanto mais ignorante um homem é, maior é o orgulho com o qual ele está cheio. “Assim, pessoas com nenhuma qualificação, que se impõem sobre a Igreja, são fanáticos, guiados por um espírito maligno. Existem muitos, por exemplo, que se ufanam de serem movidos a agir pelo Espírito, e se vangloriam de um chamado particular de Deus, quando o tempo todo eles são incultos e totalmente ignorantes”. Nós temos confundido sacerdócio com ministério, como se o sacerdócio de todos os crentes significasse que todos os crentes são ministros. Assim, juntamente com o sacerdotalismo romano, o sectarismo fanático foi também evitado a todo custo.

Mas se todos os crentes são sacerdotes, isto não significa que não há diferença entre um ministro ordenado e uma pessoa leiga? A esta questão os reformadores responderiam “sim e não”. Sim, não há diferença em termos de pessoa. Um ministro e uma pessoa leiga são igualmente justificados e chamados para a vida eterna, co-herdeiros com Cristo em igual medida.

Tornadas eficazes mais pelo ministério de Cristo do que por qualquer virtude da ordenação, as orações dos ministros não são mais poderosas do que aquelas de uma pessoa leiga. Deus não concede atenção especial aos ministros. Eles não têm um telefone vermelho em seus gabinetes, nenhuma linha direta especial com Deus, que o resto do rebanho de Cristo não usufrua. Não obstante, existe uma diferença entre *ofício* e vocação. Assim como um médico não é um advogado, a pessoa leiga não é um ministro

Aqui é onde, na minha opinião, nós temos nos afastado neste assunto. Temos confundido sacerdócio com ministério, como se o sacerdócio de todos os crentes significasse que todos os crentes são ministros.

Certamente este não é o entendimento de Lutero e Calvino sobre o sacerdócio de todos os crentes. Outra vez, diz Lutero:

Pois embora todos sejamos sacerdotes, isto não significa que todos nós possamos pregar, ensinar e governar. Certamente alguns da congregação devem ser eleitos para tal ofício. E aquele que tem tal ofício não é um sacerdote por causa de seu ofício, mas um servo de todos os outros, que são sacerdotes. Quando ele não mais estiver habilitado para pregar e servir, ou se ele não mais quiser fazê-lo, ele uma vez mais, se torna parte da congregação comum de cristãos. Seu ofício é transferido para outra pessoa e ele se torna um cristão como qualquer outro. Este é o modo de se distinguir entre o ofício da pregação ou ministério, e o sacerdócio geral de todos os cristãos batizados.

A distinção reside não por causa da pessoa do ministro, mas por causa do serviço da Palavra e sacramentos. Calvino diz, “Cristo age pelos ministros de tal maneira que Ele deseja que suas bocas sejam reconhecidas como Sua boca, e seus lábios como Seus lábios”.

Como as confissões reformadas nos lembram, o ministério não depende da integridade do ministro. Mesmo se eventualmente descobrir-se que ele era um incrédulo, ele foi usado por Cristo como um agente de redenção para seu povo. De fato, até Judas exerceu um ministério efetivo como um discípulo de nosso Senhor. É o Espírito Santo agindo através da Palavra e dos sacramentos, não o próprio ministro, que é responsável pelo sucesso do ministério.

Assim, em oposição às seitas que seguiram após os antigos donatistas, combatidos por Agostinho, a segunda confissão Helvética declara: “Mesmo ministros maus devem ser ouvidos. Além disso, nós detestamos fortemente o erro dos donatistas que consideram a doutrina e administração dos sacramentos eficazes ou não, de acordo com a boa ou má vida dos ministros (XVIII)”.

Será então, que retornamos à época em que se fazia diferença entre vocação sagrada e secular?

O pietismo evangélico tem criado um ambiente não muito diferente do paralelo medieval, separando os cristãos em “trabalho secular” e “serviço cristão de tempo integral”. Adivinhe qual é mais importante! Como a vasta rede de comunicação das comunidades monásticas da Idade Média, a identidade evangélica dos nossos dias parece determinada por uma rede de ministérios paraeclesiais e por uma multidão de personalidades carismáticas que freqüentemente recebem poder quase ilimitado e incontestável enquanto são bem sucedidos. Como o monasticismo medieval estava freqüentemente em conflito com a igreja e autoridade institucional (somente para ele próprio se tornar institucionalizado), o evangelicalismo contemporâneo parece, da mesma forma, possuir um aspecto anti-igreja. Criados como supostos “movimentos do Espírito”, em oposição ao “igrejismo”, seitas e ministérios paraeclesiais também acabam se tornando instituições. E, uma vez mais, como

o monasticismo medieval, vocações verdadeiramente significantes, são consideradas como aquelas associadas aos interesses religiosos.

Foi deste tipo de dualismo que muitos de nós foram libertados nas recentes décadas. “Tudo na vida é sagrado”, ouvimos. “Todo cristão é um ministro”. Adotando a teologia reformada como uma saída das suposições da subcultura evangélica sobre a superioridade do “serviço cristão de tempo integral”, muitos estão começando a fazer distinções cuidadosas não somente entre sacerdócio e ministério, mas também entre o secular e o sagrado. Dizer que limpar uma casa ou defender um caso judicial não é um ministério e é então, uma atividade secular, ao invés de sagrada, faz de tais trabalhos inferiores ou não espirituais, somente se aceitarmos o dualismo que sustenta as versões de espiritualidade medievais e evangélicas contemporâneas. O que a Reforma restabeleceu foi a apreciação bíblica pelo comum tanto quanto pelo santo, pelo secular tanto quanto pelo sagrado, não um conflito dos dois. Calvino encorajou artistas a acharem temas na natureza, ao invés de tentarem imaginar o mundo invisível, e a contribuição do movimento para as artes e ciências é amplamente reconhecida. É bom ser um construtor, um pintor, um doutor, ou um zelador. Estes são chamados divinos, então como podemos chamá-los de inferior?

Enquanto o dualismo pietista, como seu antecedente medieval, transforma “secular” e “sagrado” em categorias “inferiores” e “superiores”, e a crítica popular contemporânea deste dualismo nega a distinção completamente, a reforma considerou as duas como diferentes em seu significado, não em seu objetivo.

Cavar uma vala ou pregar um sermão, se bem feitos, glorificam a Deus, mas o primeiro é bem feito porque Deus tem dado ao trabalhador comum, dons gerais que ele também dá aos incrédulos. O primeiro pertence à esfera da criação, graça comum e o reino da cultura. O último é bem feito não somente por causa de dons comuns de eloquência e intelecto, mas por causa da iluminação especial do Espírito. Está na esfera da redenção, graça salvadora e do reino de Cristo.

Até que os reinos deste mundo sejam transformados imediatamente em reino de nosso Deus e Seu Cristo, no retorno de nosso Senhor, estas duas esferas são distintas. O reino da cultura floresce quando homens e mulheres são fiéis aos seus chamados seculares, enquanto o reino de Cristo prospera quando seus ministros estão pregando a Palavra fielmente, administrando os sacramentos e guiando o rebanho no caminho da justiça.

As duas tarefas têm lugar neste mundo, glorificam a Deus e conduzem a fins proveitosos, mas são diferentes em vários aspectos.

A igreja não consiste somente de oficiais, mas da totalidade de seus membros. É este grupo de crentes, sacerdotes por batismo e ainda trabalhando em vocações seculares, que escolhem ministros para servi-los. Então os ministros são tratados com dignidade por causa de seu dever sagrado, não por causa da sua pessoa. “Cristo designa pastores para sua Igreja”, disse Calvino, “não para dominar mas para servir”. Porque nós somos tão lentos para crer e porque nossa razão, consciência e vontade não oferecem nenhum vestígio de esperança, é que precisamos de uma Palavra externa pregada a nós.

Como mencionado antes, Calvino e os outros reformadores criam que o próprio Cristo fala através da Palavra pregada e dos sacramentos. Isto é o que significa a maravilhosa promessa do nosso Senhor: “Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra (a confissão de Pedro de que Cristo é o Filho de Deus) edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Dar-te-ei as chaves do reino dos céus; o que ligares na terra terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra terá sido desligado nos céus” (Mt. 16: 17-19).

“Ministros do Evangelho” Calvino escreveu, “são porteiros do reino dos céus, porque carregam suas chaves. A chave está posta nas mãos dos ministros da Palavra”. Calvino até recomenda confissão privada de pecado para os ministros, não por causa de superstição concernente a sua pessoa, mas porque isto é parte do ministério da Palavra.

Qualquer crente pode ouvir confissão de seus irmãos de fé e anunciar-lhe o perdão divino no nome de Cristo, mas o ministro é especialmente escolhido por Deus e Sua Igreja para esta função.

Enquanto o legalismo da confissão auricular (a prática de confessar pecados em particular para um padre como uma condição necessária para ser absolvido) foi rejeitada por Calvino, o costume em si era encorajado como um ministério privado da Palavra pelo qual a graça e o Evangelho de Deus poderia ser “confirmado e selado” (ver Institutas 3.4.1-23).

De acordo com o historiador John T. McNeil, “Calvino interpreta Mateus 16:19 (“Dar-te-ei as chaves do reino dos céus; o que ligares na terra terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra terá sido desligado nos céus”) e João 20:23 (“Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos”), como autorizando ministros a perdoar pecados e absolver almas. “O penitente deveria tomar vantagem disto”.

Esta absolvição era normalmente declarada no culto público depois da confissão pública, mas também poderia ser feita em privado com o ministro se pudesse ajudar a trazer consolação. Pública e privadamente, os ministros carregam as chaves do reino e, pelo exercício fiel de seus ofícios, abrem prisões.

Todos os documentos confessionais reformados, como o luterano, concordam neste ponto. A Confissão de Westminster declara “A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso eles têm, respectivamente, o poder de reter ou cancelar pecados” (Capítulo 30). Eles não têm este poder em si mesmos, mas em seus ofícios enquanto proclamam o evangelho e administram os sacramentos. O aspecto adicional deste ministério, na visão reformada, é a disciplina eclesiástica. Mesmo a censura, a prática da instrução privada, a admoestação e a advertência ao crente impenitente e ao incrédulo, são designados não para condenar, mas para abrir as portas do Reino dos Céus. Quando os ministros ignoram a condição espiritual de seus membros, eles não estão “deixando isto para o Senhor”, mas estão falhando em exercer o ministério do Senhor.

Ao mesmo tempo, ao invés de “dominar sobre seu povo”, eles devem servir “sem opressão e contenda” como a Segunda Confissão Helvética apresenta, no seu capítulo 18: “Pois o apóstolo testifica que a autoridade na Igreja foi dada a ele pelo Senhor para edificação e não para destruição (2 Co. 10:8). E o próprio Senhor proibiu que se arrancassem as ervas daninhas da seara do Senhor, porque o trigo poderia ser arrancado junto com elas (Mt. 13:29)”. Isto não significa, é claro, que somente ministros podem advertir e evangelizar incrédulos e seus companheiros de ministério. Na verdade, a boa nova do Pentecostes é que o Espírito nos fez testemunhas de Cristo, uma nação de evangelistas. E também, Paulo encoraja Timóteo especificamente “Tu, porém, sê sóbrio em todas as coisas, suporta as aflições, faze o trabalho de um evangelista, cumpre cabalmente o teu ministério” (2 Tm. 4:5). O ministério formal da Palavra é confiado àqueles que são chamados exclusivamente para esta tarefa, mas todos somos igualmente chamados para sermos cristãos e nossa identidade missionária é inerente a nossa união com Cristo, a “Luz do mundo”. Somos preparados pelos ministros para sermos responsáveis agentes cristãos neste mundo, preparados para dar resposta da nossa esperança para qualquer pessoa. Isto entretanto, não significa que devemos desprezar nosso chamado secular e buscar ministérios evangelísticos, pois este é o trabalho da igreja e seus oficiais eleitos.

Talvez a defesa mais freqüentemente citada da posição “todo crente é um ministro” seja Ef. 4:11-16. “E ele (Cristo) mesmo concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas e outros para pastores e mestres, com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo, para que não mais sejamos como meninos, agitados de um lado para outro e levados ao redor por todo vento de doutrina, pela artimanha dos homens, pela astúcia com que induzem ao erro. Mas, seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua o seu próprio aumento para a edificação de si mesmo em amor”.

Como o pastor reformado e professor T. David Gordon claramente demonstra, esta passagem tem sido muito mal usada na abordagem contemporânea do ministério. 1 Isto é devido, em parte, a uma tradução infeliz da Nova Versão Internacional (NIV), a Nova Versão King James (NKJV) e outras traduções recentes ou paráfrases. Enquanto as traduções mais antigas, especialmente a Versão Autorizada Inglesa (KJV), traduz o versículo 11 “E Ele concedeu uns, apóstolos; e uns, profetas; e uns, evangelistas; e uns, pastores e mestres”, as traduções mais recentes dificilmente deixam de conter as suas pressuposições sobre a natureza do “ministério”. O Professor Gordon demonstra cuidadosamente a superioridade da tradução mais antiga. Considerando o sujeito implícito em todas as três orações (“os dotados”), o uso de *katartismos* (“unindo ou organizando em uma comunhão visível”, e não “equipando”), e o uso de *ergon diakonias* (“a obra do ministério”), não há base para a noção de que Paulo vê a importância do ministério em termos da preparação do leigo para a “verdadeira obra” do ministério. Além disso, esta posição se opõe a muitas passagens que claramente distinguem o chamado de um ministro do chamado cristão geral que pertence a todos os crentes. Pelo contrário, ministros são concedidos por Cristo de forma que eles possam edificar o rebanho pelo fiel exercício de seus ofícios.

Creio que é totalmente justificado o alerta que o Professor Gordon faz aqui, contra os efeitos práticos do igualitarismo americano. “Aqueles que se preparam para o ministério (e as instituições que os preparam)”, ele escreve, “estão desviando seus esforços daquelas habilidades associadas com o ministério distintivo da Palavra (a exegese da linguagem original) e dirigindo-as para habilidades organizacionais, administrativas e motivacionais (coercivas?).”

O resultado das concepções evangélicas contemporâneas de ministério é que, ironicamente, elas são unânimes em conceder o poder ao ministro ao invés de ao ministério. Como o padre católico romano, o ministro contemporâneo do evangelho é freqüentemente considerado como o instrumento efetivo da redenção.

Os papéis litúrgicos podem divergir vastamente, substituindo o “apelo” da missa romana por aquele substituto evangélico, mas em ambos os casos, o profissional se torna um meio de graça pessoal (ou, pelo menos, um meio de entretenimento, informação ou exortação). Como B.B. Warfield sugeriu ao se referir aos pregadores que seguiam o evangelismo pragmático de Charles Finney, “o evangelista torna-se o sacramento”.

O teólogo reformado alemão John Williamson Nevin (1803-86) queixou-se que no reavivalismo, a transformação do púlpito e da mesa da ceia num palco é um desvio teológico. “O pregador sente a si mesmo”, escreveu Nevin, “e está disposto a fazer com que a congregação também o sinta; mas Deus não é sentido na mesma proporção”. Chega de sugerir que nós podemos ter uma genuína teologia reformada enquanto adotamos um

estilo evangélico! Se sua igreja tem um palco e o púlpito e a mesa da ceia estão subjugados por projetores suspensos, filmes, bateria, isso já é uma declaração da teologia do ministério que adotam, mesmo antes do culto começar! “A ação” não pode ser dissociada de sua base teológica.

Ao menos Roma, de algum modo, associa seu “sacerdotalismo” ao ministério sacramental, mas formas ilegítimas de evangelicalismo consideram o “ministério” da miss, do ex-zagueiro, da antiga celebridade e dos animadores de auditório como um meio efetivo de graça, por causa do poder do “ministro”. Ao invés do ministro ordenado ser tratado como um intermediário, como em Roma, cada crente se torna “um ministro” e lhe é permitido exercer seu ministério baseado em critérios mundanos (carisma, talento musical, familiaridade com a última novidade na cultura pop) em lugar de num sadio conhecimento da Palavra de Deus. Não é de se admirar que o resultado seja uma igreja mundana.

Muito freqüentemente, o poder tem pouco a ver com a mensagem e tudo a ver com o carisma, fama, personalidade ou outra característica puramente humana. “Ele é um orador poderoso”, nós ouvimos; “puxa, que testemunho poderoso!”; “Ela cantou uma música poderosa!”. Teria sido tão poderoso se o orador fosse o apóstolo Paulo, que reconhecia que ele não era tão eficaz no discurso público como os “super-apóstolos”? Será que o testemunho teria sido tão eficaz se o ex-zagueiro tivesse dito, com o apóstolo “Ainda encontro na minha vida cristã que as coisas que odeio faço com freqüência?! desventurado homem que sou!”. E a música teria sido tão “ungida” se tivesse sido cantada por uma daquelas pessoas bem-intencionadas, mas singularmente mal dotadas, da pequena igreja do interior, ao invés do artista famoso que visitou a igreja central da cidade, semana passada?

Muitos realmente crêem, nestes dias, que o poder reside no assim chamado “ministro”, não no ministério da Palavra e do sacramento. Um “grupo de ministério musical” vem cantar na nossa igreja enquanto está numa turnê e rapidamente o culto se torna “comovente” e o “Espírito realmente age”, o culto se torna “avivado”. Mas quando o pastor, se levanta no domingo seguinte e simplesmente prega e administra a ceia, juntamente com a pública leitura das Escrituras, o cântico congregacional, a pública confissão de pecados, a declaração de perdão, o credo e as orações, tudo volta ao normal. Superlativos à parte, o que está implícito aqui é que Deus esteve lá semana passada quando o ministério “verdadeiro” (ênfase do tradutor) aconteceu.

Como ministros, nós encorajamos este tipo de coisa quando adotamos “testemunhos” e “músicas especiais” no nosso culto, tirando a atenção dos meios ordinários de graça. No final das contas, isto separa o Espírito da Palavra, apesar da sinceridade da confissão das pessoas.

Basta ler os anúncios de “precisa-se” para pastores nos periódicos cristãos ou a lista das qualificações exigidas pelo comitê encarregado da contratação do pastor. A pessoa deve ser amigável, extrovertida, cheia de habilidade para tratar com pessoas. Deve ser motivadora, líder e uma “equipante” (o que realmente significa um administrador e programador), e ter uma esposa que possa preencher o papel de “primeira dama”. Muito melhor se ela tocar órgão. Entretanto, o que dizer sobre a sua profundidade teológica e a confissão de fé que subscreve? Ele realiza um trabalho de exegese do original nos seus sermões, ou ele confia nas notas e referências de outros? Ele gasta bastante tempo estudando e de joelhos? Será que ele é apto para cuidar das necessidades espirituais específicas de seus membros?

No fim das contas, nós queremos uma celebridade, técnico, ex-zagueiro, animador, orador, terapeuta, diretor executivo, tudo embrulhado em uma só pessoa. Não admira que o índice de desemprego entre pastores esteja tão fora de controle! Em outras palavras, nós realmente cremos, a despeito daquilo que professamos, que o que conta é o ministério do pastor Bob ao invés do ministério

de Cristo através da Palavra e dos sacramentos. A eficácia, mensurada em termos mundanos, repousa agora sobre o ministro, ao invés de no ministério. Embora mais insidiosa, esta é uma forma de sacerdotalismo tão perigosa quanto a proposta por Roma. Esvaziando a importância do ministério da Palavra e sacramentos, nós não salvamos o sacerdócio de todos os crentes; nós simplesmente substituímos uma forma de sacerdotalismo por outra.

O que significa então ser “chamado” para o ministério?

Na tradição reformada, bem como na luterana, uma pessoa não é chamada para o ministério somente tendo como base um chamado interno do Espírito. Contrário ao “entusiasmo” anabatista, que não somente atacava o sacerdotalismo romano, mas tendia a negar os meios físicos e terrenos em favor das intuições diretamente dirigidas pelo Espírito, os reformadores insistiam que Deus falava nesta instância, tanto quanto em todas as outras, através de tais meios. Enquanto a religião sectária faz diferença entre o indivíduo e a igreja, como categorias de “carne” e “espírito” respectivamente, a fé evangélica histórica rejeita esta anarquia e insiste em relacionar o individual ao corporativo (e não somente o invisível, mas também ao visível) corpo de Cristo. Nesta posição, uma pessoa não é verdadeiramente chamada para o ministério até que haja uma satisfação das qualificações da igreja, explicitamente preceituada nas Escrituras. Pois a igreja é “a coluna e o baluarte da verdade” (1 Tm. 3:15), e os ministros tem o ofício sagrado de ser aio para a noiva de Cristo através da sua jornada terrena. “Até a minha chegada”, Paulo instrui o jovem Timóteo, “aplica-te à leitura, à exortação, ao ensino. Não te faças negligente para com o dom que há em ti, o qual te foi concedido mediante profecia, com a imposição das mãos do presbitério. Medita estas coisas e nelas sê diligente, para que o teu progresso a todos seja manifesto. Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina. Continua nestes deveres; porque, fazendo assim, salvarás tanto a ti mesmo como aos teus ouvintes” (1 Tm. 4:13-16).

Isto é tão legítimo para diáconos e presbíteros, quanto para ministros. Presbíteros devem ser irrepreensíveis e sóbrios, “apegado à palavra fiel, que é segundo a doutrina, de modo que tenha poder tanto para exortar pelo reto ensino como para convencer os que o contradizem” (Tt. 1:5-9). Como isto está longe da prática freqüentemente usada de eleger presbíteros por razões mundanas.

Calvino também se preocupou com esta ameaça nos seus dias: “Isto claramente contradiz a ordem e as regras básicas do cristianismo, crer que as pessoas ricas e importantes por suas posições e nome, deveriam ser eleitas para oficiais da igreja”. Também com freqüência, igrejas elegem oficiais por causa de suas experiências em negócios ou habilidade na área de marketing, editoração, finanças e assim por diante. Depois eles se perguntam porque suas igrejas se tornam corporações e o gabinete pastoral se torna seu escritório. Se queremos seguir as instruções de Paulo para selecionar nossos oficiais, nossas igrejas terão de prosperar sob o ministério da Palavra.

Mas Deus não somente chama presbíteros como ministros leigos para cuidar da condição espiritual da igreja; Ele indicou diáconos para serem ministros leigos no atendimento das necessidades físicas da congregação. Os diáconos foram escolhidos, primariamente, para liberar os apóstolos do peso das tarefas financeiras e administrativas. Os doze apóstolos conheciam o chamado deles quando disseram “Não é razoável que nós abandonemos a palavra de Deus para servir às mesas. Mas, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço; e, quanto a nós, nos consagraremos à oração e ao ministério da Palavra” (At 6:1-4). À medida que os apóstolos foram substituídos neste dever, “crescia a palavra de Deus, e, em Jerusalém, se multiplicava o número dos discípulos; também muitíssimos sacerdotes obedeciam à fé” (vs.7).

Ministros, portanto, são chamados para serem inteiramente dedicados ao ministério da Palavra e sacramentos. Este é o motivo pelo qual eles se esforçam para aprender as línguas originais das Escrituras e a entender sua mensagem essencial, com a ajuda de seus mentores eruditos, da antiguidade e contemporâneos. Presbíteros, e mesmo diáconos, devem ser também treinados, mas eles são leigos com vocações ordinárias no mundo. Mas todos os oficiais somente são genuinamente “chamados” para o ministério quando a voz do Pastor é ouvida através de sua igreja. Ou seja, quando um candidato que foi preparado para tal serviço recebe um “chamado” de uma congregação particular e do presbitério regional, ele é finalmente chamado para o ministério por Deus. Sectários podem considerar isto como apagar o Espírito, mas é o desígnio de Deus claramente descrito nas Escrituras. Longe de inibir a liberdade, este padrão na verdade preserva contra a tirania de pregadores carismáticos que reivindicam autoridade apostólica ou uma “unção” separada da supervisão da igreja.

E Bob?

Por fim, voltamos a nossa cena inicial, com Bob anunciando ter sido chamado para o ministério. Geralmente me acho envergonhado pelo zelo dos novos convertidos que têm seus pés preparados com prontidão para pregar as boas novas. Mas, da mesma forma como o conhecimento nunca deve servir para encobrir a falta de zelo, assim também o zelo nunca deveria ser a capa da ignorância. O desejo de Bob em compartilhar o Evangelho é encorajador, mas será que ele não se deixou levar por uma visão errônea de ministério?

Recentemente, um amigo meu me disse quantos casos ele tem de membros de sua igreja que lhe pedem conselho sobre se deveriam entrar para o ministério. “Eu realmente quero servir ao Senhor e buscar os perdidos”, eles dizem. “Eu não quero ficar na periferia; eu quero ser um discípulo verdadeiramente comprometido”. Meu amigo responde “parabéns, você é um cristão!”. Frequentemente, nosso senso de “chamado” para o ministério nada mais é do que o senso de nosso chamado para pertencer a Cristo. Em outras palavras, é um chamado para a fé, e não para uma vocação particular. Todos nós somos chamados para uma contínua santificação e crescimento em Cristo. Todos nós somos ordenados a aprender mais de Deus e de Sua obra salvadora em Cristo, crescendo em nosso conhecimento. Nenhum crente está isento da obra do Espírito de mortificar o velho homem e ressuscitar seu ser para uma nova vida. E todo cristão, se genuinamente chamado para pertencer a Cristo, deseja ver o perdido reconciliado com Deus. Estas não são qualificações exclusivas dos ministros; elas são características do cristão! Ministros não são pagos para ser discípulos de Cristo por nós, mas para nos guiar na verdade e justiça.

É possível que Bob seja chamado para o ministério da Palavra e do sacramento, mas isso não significa que esteja agindo corretamente. Primeiro, ele deve consultar seu pastor e procurar cuidado de seu presbitério (ou em um regime congregacional, dos presbíteros simplesmente, ou em um regime episcopal, o bispo).

Sob o cuidado da igreja, ele será guiado através de anos de treinamento teológico requerido para o exercício responsável deste chamado e após a conclusão bem-sucedida, ele será testado. Paulo requer isto, mesmo de diáconos, quanto mais de pastores! Depois de passar no exame, ele estará então disponível para o convite de uma igreja. Uma vez que receba esse convite, a convicção inicial que ele tinha do chamado do Espírito é confirmado pela igreja e ele é, verdadeiramente, chamado para o ministério.

Mas este procedimento é bastante diferente do cenário descrito no parágrafo inicial. Lá, Bob estava convencido de que seu chamado para o ministério significava que ele e outro leigo, um homem de negócios, poderiam começar um ministério evangelístico. Mas, como vimos, isto não é determinado em parte alguma das Escrituras. Cada crente é chamado para evangelizar, assim Bob e seu amigo não precisam abandonar suas vocações com o objetivo de evangelizar. Além disto, a igreja é a instituição ordenada de Deus para o evangelismo. Note a distinção aqui entre indivíduos e instituições: cada crente evangeliza individualmente, mas nem toda instituição é evangelística. Cristo tem muitos irmãos e irmãs, mas somente uma igreja. Cristãos, trabalhando numa linha de montagem, podem ganhar seus parceiros de trabalho para Cristo, com o passar do tempo, mas a fábrica não se tornará uma instituição evangelística.

Da mesma forma, as atividades evangelísticas de Bob não justificam a criação de uma instituição que não seja a igreja. Ele e seu amigo são livres, tanto para seguirem suas vocações seculares e expandir o reino através do evangelismo, como outros cristãos, quanto para abandonar suas vocações seculares e começar o processo de serem chamados para o ministério da Palavra e do sacramento.

Embora este entendimento de ministério pareça mais complicado, ele simplifica em grande parte nossas questões práticas. Ele não somente liberta muitos que pensam que o zelo cristão que possuem tenha de ser expresso através do ministério, para seguirem suas vocações seculares, mas também nos encoraja a olharmos para nossos ministros como verdadeiros representantes de Cristo, guardados do servir às mesas, para que possam dedicar-se a oração e ao ministério da Palavra.

Notas:

1 T. David Gordon, *Journal of the Evangelical Theological Society* 37/1 (March 1994), 69-78.

Nota sobre o Autor:

Dr. Michael Horton é vice presidente do Conselho da Aliança Evangélica Confessional e professor adjunto de Teologia Histórica do Seminário Teológico de Westminster na Califórnia. Dr. Horton é graduado pela Biola University (B.A.), Westminster Theological Seminary in California (M.A.R.) and Wycliffe Hall, Oxford (Ph.D.), escritor de vários livros já traduzidos para o português, como "A Face de Deus", "O Cristão e a Cultura" e autor de artigos para livros em coletâneas como: "Religião de Poder" e "Reforma Hoje".